

Paracambi (RJ), 23 de agosto de 2024.

Ao

Município de Nova Friburgo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.063/2024

PROCESSO Nº 34.352/2023


RECURSO CONTRA INABILITAÇÃO

A empresa **LAC'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA.**, com sede na Rua Ely do Amparo, s/n – Lote 08 – Lages – Paracambi – RJ – CEP: 26600-000, inscrita no CNPJ sob o nº. 46.634.293/0001-60, já qualificada nos autos do expediente administrativo licitatório, vem, respeitosamente, ante V. Sr^a, na forma do Edital e da Lei, através de seu representante legal, propor **RECURSO CONTRA A INABILITAÇÃO DO CERTAME**, ante as razões de fato e de direito que seguem.

SÍNTESE FÁTICA E FUNDAMENTO

Inicialmente, a Recorrente gostaria de manifestar o enorme respeito que nutre em relação a este ente, tendo-o por séria, honrosa e operosa, acreditando, por tal razão, que a irregularidade que está ocorrendo nesta licitação, será resolvida através dos esclarecimentos prestados no presente recurso.

Trata-se de Licitação, sob a modalidade de Pregão Eletrônico, objetivando o fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO, nos itens 42, 52, 126, 127, 128 e 129.



LAC'S INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS LTDA
RUA ELY DO AMPARO, S/N - LOTE 08 - LAGES - PARACAMBI -RJ-
CEP 26.600-000
CNPJ 46.634.293/0001-60 INSCRIÇÃO ESTADUAL 12.491.018
TELEFONE (21) 2683-0233EMAIL : lacsprodutos@gmail.com

Ocorre que após a fase de lances onde a recorrente se sagrou vencedora e surpreendentemente foi inabilitada após a análise da Documentação da Habilitação.

Desta forma, por não concordar com a classificação ocorrida interpõe o presente Recurso pelas razões que passa a expor.

Do mérito do Recurso

No item 19. Do Edital requer a seguinte documentação, conforme abaixo:

DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

19.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

19.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

19.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

19.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da

contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Ora, nobre pregoeiro, o item 19 não menciona a apresentação do Cadastro ou Autorização de Funcionamento da Anvisa. , após mensagem enviada no sistema, conforme abaixo:

Mensagem do Pregoeiro Item 46 - Para 46.634.293/0001-60 - Senhor licitante LAC'S INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LTDA , informo que após análise da documentação enviada e consulta do site ANVISA não constamos cadastro/autorização por parte da mesma para tal fim, desta forma, por todos exposto, sob pena de infração sanitária (Lei 6.434/1977) terei que desclassificar vossa empresa.

Em parecer exarada pela Assessoria da Procuradoria Geral do Município, página 05, verificamos:

Conforme abordado no parecer exarado por esta assessoria jurídica acerca da análise da minuta do edital (fls. 1.543/1.573), a Secretaria requisitante estabeleceu nos subitens 5.1 e 5.12 do Termo de Referência, a exigência de que só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, cuja exigência se enquadra como “requisito previsto em lei especial”, na forma do inciso IV do art. 67 da Lei n. 14.133/2021, conforme esclarecido na “Cartilha Como Inserir Critérios de Sustentabilidade nas Contratações Públicas” da AGU¹, publicada em dezembro de 2022, item 4.2.

Naquela oportunidade, inclusive, foi alertado para que a Secretaria requisitante verificasse a necessidade de inserção de tal exigência no Edital, com a devida justificativa técnica plausível, a fim de não configurar restrição indevida à competitividade do certame.

Verifica-se, no entanto, que a exigência de cadastro/registro do produto na ANVISA não foi inserida no item 19 do edital, que versa sobre a qualificação técnica, muito embora o Termo de Referência (Anexo I) integre o edital, na forma do previsto no subitem 1.2.

Acerca da necessidade de autorização da ANVISA, a Lei n. 6360/1976, que dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, insere os instrumentos e acessórios usados em odontologia e atividades afins no Título IV, que trata do “Registro de Correlatos”, estando sujeitos a regime de vigilância sanitária:

Como podemos observar houve omissão da Digníssima Comissão de Licitação quanto da solicitação da apresentação da Autorização de Funcionamento junto a Anvisa e da Licença Sanitária.

Ainda que a Assessoria da Procuradoria recomendou em seu despacho na página 09 que a Secretaria Municipal de Saúde seja instada a manifestar sobre o tema, não há no processo tal manifestação. Assim sendo, a Digníssima Comissão errou quanto a omissão da recomendação.

Podemos observar ainda que a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, Não houve previsão editalícia no sentido de que as normas constantes do termo de referência compõem a estrutura vinculatória de instrumento convocatório

“DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. VINCULAÇÃO AO EDITAL. TERMO DE REFERÊNCIA. INOBSERVÂNCIA DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE. APELO DESPROVIDO. 1. Consoante disposto no art. 41 da Lei 8.666/93, "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". 2. **Havendo expressa previsão editalícia no sentido de que as normas constantes do termo de referência compõem a estrutura vinculatória do instrumento convocatório, estas são de observância cogente aos licitantes.** 3.

O nobre pregoeiro no chat antes de sermos inabilitados diz o seguinte:

Mensagem do Pregoeiro

a6) o Termo de Referência (Anexo I) integra o edital, na forma do previsto no subitem 1.2 do Edital do Pregão Eletrônico 90.063/2024, cujas regras são de observância cogente pelos licitantes, conforme entendimento da jurisprudência;

Analisando o Termo de Referência a exigência do Registro da Anvisa da Empresa e da Licença Sanitária não é solicitada em nenhum item e nem subitem. O edital constitui a lei do certame licitatório, um documento que traz todos os critérios para o julgamento de uma licitação e suas outras informações, de forma integral e completa. Nada pode faltar neste texto, pois ele ditará as regras dos cadastros, da disputa e do acerto do contrato. Além de, claro, definir os bens ou serviços que pretende contratar, sendo cogente às partes não contrarie a Constituição e a legislação pátria.

O art. 25 da Lei nº 14.133/21, dispõe que o edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. Assim, os interessados devem atentar-se à leitura de todos os elementos dispostos em Edital antes da elaboração da sua proposta, de maneira que consigam identificar os principais aspectos e verificar o adequado atendimento aos requisitos e às exigências solicitadas.

Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, também mencionado no art. 5º da nova lei, uma vez publicado o Edital, a Administração está adstrita a exigir as regras constantes nas cláusulas editalícias, ao passo que os interessados deverão compor sua proposta e documentos de acordo com as exigências ali estipuladas, sob pena de instauração de processo administrativo e eventual aplicação de penalidades. Daí a importância e a necessidade da análise criteriosa dos elementos que compõem um Edital.

A análise do Edital é, e sempre foi, um tema muito relevante: não à toa a Lei nº 14.133/21 faz expressa citação a essa nomenclatura 131 vezes em seu texto. Todas as disposições necessárias ao andamento do certame, todas as regras e cláusulas devem estar contidas no instrumento convocatório, seja em relação aos documentos de habilitação, seja relacionada ao julgamento das propostas, dentre outros elementos indispensáveis que devem constar em Edital.

A vinculação ao instrumento convocatório não é absoluta, sob pena de ofensa a Competitividade, Interesse Público e a Razoabilidade, conforme julgados supracitados.

Nos dias atuais não há mais espaço para se admitir qualquer ato que, alicerçada em rígida formalidade, rejeite licitantes e inviabilize o exame de um maior número de propostas, uma vez que a desclassificação em razão de omissão de apresentação de documentação, privilegiando a forma em detrimento de sua finalidade, frustra o caráter competitivo da seleção pública.

REQUERIMENTO

Ante o exposto, requer digno-se a senhor pregoeiro de reconsiderar sua decisão de inabilitar a RECORRENTE, ou seja, anulando-se os atos praticados a partir da decisão de classificar e voltando a fase do certame, possibilitando a habilitação da recorrente ou, revogando o devido certame licitatório com a devida inclusão dos documentos Técnicos, afim de sanar tais omissões.

São os termos que pede e espera deferimento.

CLAYTON ALVES PEREIRA
RG.: 26.485.614-7 DIC RJ
CPF.: 162.308.597-77
SÓCIO ADMINISTRADOR

